



RELAÇÕES DE GÊNERO E LUTAS SOCIAIS: EM BUSCA DE “ESPAÇOS”

Kamilla Alves Duarte¹
Mailiz Garibotti Lusa²
Manuelle Nascimento da Silva³

Resumo: Este trabalho trata sobre o processo de construção da identidade da mulher camponesa, tendo como objetivo compreender a constituição de uma consciência crítica das mulheres rurais como fato decisivo na luta pela conquista e efetivação de seus direitos sociais. Sob a perspectiva histórico-dialética, o estudo discute categorias como lutas sociais, participação social, consciência crítica e relações de gênero no campo. Está organizado em três blocos de discussão. No primeiro faz-se uma contextualização da mulher nos movimentos sociais brasileiros, no segundo analisa-se historicamente o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e no terceiro discute-se a construção de uma nova identidade da mulher, a partir da participação e militância num espaço coletivo.

Palavras chave: Lutas sociais; identidade, relações de gênero.

Sob o pretexto de iniciar a conversa, algumas considerações.

Ao abordar as relações de gênero, convém não dissociá-la de sua vinculação com as lutas sociais, tendo em vista que a constituição da consciência crítica das mulheres, ocorrida no cotidiano de vida, trabalho e militância, é fator decisivo na luta pela conquista de espaços e efetividade de seus direitos sociais.

¹ Graduanda do Curso de Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Campus Arapiraca. Bolsista do Programa de Educação Tutorial Conexão de Saberes / Núcleo de Estudos do Semiárido Alagoano - PET/NESAL. Graduanda do Curso de História pela Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL). E-mail: milalves89@hotmail.com

² Professora Assistente do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas, Campus Arapiraca. Assistente Social pela Universidade Federal de Santa Catarina, Mestre em Serviço Social e doutoranda na mesma área pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Docente orientadora na área de Serviço Social do Programa de Educação Tutorial Conexão de Saberes / Núcleo de Estudos do Semiárido Alagoano – PET/NESAL. E-mail: mailizlus@yahoo.com.br.

³ Graduanda do Curso de Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Campus Arapiraca. Bolsista do Programa de Educação Tutorial Conexão de Saberes / Núcleo de Estudos do Semiárido Alagoano – PET/NESAL. Membro do Observatório da Questão Rural e Membro do grupo de estudo: Relações de gênero e relações de classe. E-mail: manuzinha-g3@hotmail.com

Percebe-se, com isso, que a conjuntura social que envolve as mulheres, neste caso específico as camponesas, é aquela baseada em relações patriarcais de subalternidade feminina aos espaços domésticos e não políticos. O processo de conscientização acima mencionado revela a tentativa de transformação das relações sociais existentes pela supressão da dominação masculina devido à hierarquia dos sexos e a luta pela autonomia dessas mulheres. Justifica-se assim a formação de movimentos sociais específicos de mulheres no intuito de buscar tal superação.

A intenção desta pesquisa concentra-se em analisar como se deu essa transformação no âmbito rural, como aconteceu o processo de conscientização dessas mulheres camponesas e as conquistas específicas decorrentes de sua condição em uma sociedade machista e patriarcal.

A fim de cumprir o propósito da investigação, procedeu-se uma pesquisa bibliográfica, procurando responder a algumas indagações, tais como: quem são as mulheres nos Movimentos Sociais brasileiros? Que protagonismo pode-se lhes atribuir na constituição destes movimentos? Pode-se atribuir ao processo de organização, mobilização e luta de um movimento social constituído por mulheres, a construção da consciência crítica sobre sua importância na sociedade? Pode-se também atribuir aos movimentos sociais de mulheres a construção de uma nova identidade, contra-hegemônica àquela decorrente da cultura patriarcal?

Procurando discutir acerca destas indagações, organizou-se este trabalho em três blocos, que tratam sobre a participação das mulheres nos movimentos sociais, a configuração de um movimento do campo constituído fundamentalmente por mulheres trabalhadoras rurais e sobre o processo de construção de uma identidade feminina voltada para a autonomia e emancipação política da mulher. Por último, já nas considerações finais, analisa-se a relação entre os processos de construção da identidade e de mobilização social como fatores importantes na conquista e efetivação de direitos.

Antes de adentrar na discussão aqui proposta, sugere-se a análise de alguns conceitos necessários para um melhor entendimento do tema estudado. O primeiro deles trata sobre os movimentos sociais, tomados como ponto desencadeante desta discussão, visto que “são uma das formas possíveis de mudança e transformação social” (GOHN, 2006, p. 248), sendo por isso o instrumento utilizado pelas mulheres como meio de conquista de direitos e emancipação política de mulheres e homens na sociedade.

Os movimentos sociais caracterizam-se por ações coletivas criadas e organizadas com o intuito de propor mudanças em determinadas relações sociais ou preservá-las.

Resulta da associação de atores sociais, que sofrem pressões semelhantes e procuram soluções coletivas para seus problemas. “Esses segmentos sociais constituídos por atores sociais distintos, possuem identidades diferenciadas, interesses particulares, mas expressam algum interesse mútuo [...]” (MOCELIN, 2009, p.49).

O movimento social aqui abordado desenvolve suas lutas sociais e políticas sob a perspectiva da transformação social, no sentido de quebrar paradigmas culturalmente instituídos, ao mesmo tempo em que conquista direitos sociais e a criação e execução de políticas públicas.

Ao tratar sobre os movimentos sociais, frequentemente ignora-se que um dos principais agentes destes movimentos são as mulheres, deixando sua participação passar de forma invisível, de modo que só se reconhece tal participação quando estas protagonizam movimentos que envolvem questões femininas.

Diante desta constatação, buscou-se realizar uma investigação sobre a presença da mulher nas lutas sociais, tratando sobre suas contribuições na construção de um espaço que possibilita as lutas e conquistas sociais, políticas e culturais, num movimento dialético da sociedade.

Para cumprir tal propósito, será abordado um movimento social de identidade feminina específico, apresentando também outros dados que versam sobre os resultados da investigação acerca dos movimentos sociais em que predomina e/ou apenas ocorre à participação da mulher, tendo como objeto de análise o Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil – MMC/BR.

1. A figura da Mulher nos Movimentos Sociais Brasileiros

No contexto de efervescência das lutas sociais, propiciado por um momento de crise específico, o fim da ditadura militar, em meados da década de 1980, observa-se a grande valorização dos ideais democráticos, no sentido de redemocratizar o país e promover a participação política da sociedade civil. Neste contexto, nota-se a presença das mulheres e o despertar para as lutas coletivas de reconhecimento de seu trabalho - identificado como ajuda -, da importância da participação social e dos processos mobilizatórios, visando à denúncia de uma realidade desigual no sentido econômico, social, cultural e político, que se fazia nos âmbitos de classe, etnia e gênero.

A transição entre os anos 1970 e 1980 representa o momento em que é possível a inserção de novos e diferentes sujeitos no cenário político local e nacional. É nesta

conjuntura, favorável à participação social e ao exercício da cidadania, que, já na segunda metade da década de 1980, a luta dessas mulheres abre novos espaços políticos, onde suas reivindicações começam a ser ouvidas pela sociedade. Neste cenário de abertura política, a mulher passa a reivindicar frementemente seus direitos e denunciando as desigualdades de classe e etnia, mas principalmente de gênero e anunciando a urgência em quebrar todo o tradicionalismo e subalternidade que lhe fora imposto, tendo em vista a discussão sobre o lugar social da mulher e a criação de uma nova identidade – social, política e cultural - construída por elas a partir da sua cotidianidade.

Assim, de forma crítica, vão tornando-se evidentes os espaços em que o tradicionalismo nas relações sociais prepondera, subalternizando grupos sociais e reproduzindo valores de perpetuação da dominação e da desigualdade. O campo é o espaço em que, se por um lado tais desigualdades fundamentadas no tradicionalismo das relações sociais - patriarcais – se evidenciam, por outro lado, torna-se possível a denúncia e os processos de mobilização política e social das mulheres.

A militância política das mulheres rurais nos movimentos sociais brasileiros tem início nesse período, quando elas começam a participar ativamente de sindicatos rurais, e a montar suas próprias organizações autônomas (KROHT, 1996; LUSA, 2009). Ao se inserirem nos sindicatos, elas percebem como é difícil quebrar a hierarquia e os preconceitos que fundamentam as relações nas instâncias de poder das estruturas representativas. É o reconhecimento deste desafio, mas também da necessidade de romper com a perspectiva de dominação e desigualdade, que lhes incita a principiar uma luta por reconhecimento dentro dessas instâncias de poder.

Surgem no Brasil vários movimentos sociais, muitos dos quais tem caráter feminista e voltam-se para a conquista de espaços e de direitos sociais para a mulher. O Movimento de Mulheres Camponesas é um destes movimentos que surgem neste cenário político, organizando-se e se fortalecendo rapidamente a ponto de alcançar várias conquistas ainda na década de 1980.

Uma conquista importante das mulheres camponesas foi o direito à propriedade da terra, concedida na Constituição de 1988, atingida devido à extinção da tutela masculina nas relações conjugais. Naquele momento o texto constitucional definia que, “o título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil” (BRASIL, Artigo 189, *apud* DEERE p.176, 2004).

É necessário ressaltar que, a base de formação social e política para a militância das mulheres camponesas no ambiente rural foi oferecida pelas Comunidades Eclesiais de Bases e também por grupos de mulheres organizados através da Comissão Pastoral da Terra – CPT, os quais exerceram papel decisivo, conferindo os primeiros passos para o desenvolvimento da consciência crítica dessas camponesas em relação a sua realidade cotidiana desigual.

A luta dessas mulheres passa a ser em favor da igualdade de gênero nas relações sociais familiares e societárias, do reconhecimento de seu pertencimento a uma classe, a classe trabalhadora e pelo reconhecimento da imprescindível transformação da sociedade como um todo. É aí que ressurgem a luta dos movimentos sociais, bem como a criação de novos movimentos que trazem à cena indivíduos que estavam no anonimato, ou seja, atores sociais que eram invisíveis na sociedade, pois viviam na condição de subalternidade.

Outro fator importante que colabora para a inserção da mulher na militância político-sindical é a consolidação do movimento feminista no Brasil, em meados da década de 1970. Esta inserção possibilitou a diferenciação de uma geração de mulheres e sua forma de pensar, causando uma abertura nas instituições sociais e políticas possibilitando a ampliação no espaço de atuação pública na sociedade. Essa condição de resistência da mulher no movimento feminista remete, segundo Sarti (2004, p. 37):

[...] À radicalidade posta, então, na questão da mulher como uma questão fundamentalmente ‘conflituosa’, por contestar as relações de poder tanto no mundo naturalizado das relações entre homem e mulher, quanto em todos os âmbitos da sociedade, articulando as relações de gênero à estrutura de classes, [...]

O movimento feminista desencadeia a participação da mulher em outros movimentos sociais, fazendo com que as experiências feministas se perpetuem e não atue apenas em uma discussão de gênero, mas também na discussão de classe, envolvendo a totalidade social.

Os movimentos sociais de mulheres rurais cresceram em grupos organizados, dentre eles pode-se mencionar: os Coletivos Estaduais de Mulheres das Federações de Trabalhadores Rurais dos Estados, o Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia, a Rede de Mulheres Trabalhadoras do Nordeste, o Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-Nordeste), o Movimento de Mulheres Negras e o Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil (MMC/BR), que se configura como objeto deste estudo, sendo aprofundado no decorrer desta discussão (SALES, 2007).

A diferenciação entre os movimentos sociais de mulheres e aqueles de composição mista - cuja igualdade de gênero não compõe sua agenda de lutas como elemento-chave -, se dá quando os primeiros apontam que a transformação societária passa pela luta contra a desigualdade, marginalização e exclusão social das mulheres. Mesmo considerando que o perfil dos movimentos sociais tem englobado os diversos tipos de lutas pela cidadania, marcando principalmente a luta de classes, é interessante apontar que para os movimentos que possuem, além da identidade de classe, outras identidades agregadas – como é o caso dos movimentos de mulheres – é necessário ruir as bases da sociedade capitalista e patriarcal, para que a transformação aconteça.

Neste sentido, denunciar a desigualdade de gênero toma outro significado que não aquele que lhe é atribuído, frequentemente: a defesa de interesses de grupos e das suas particularidades. Destarte, o reforço dessas lutas sociais passa a significar a possibilidade de erodir as bases do modo de produção capitalista, que é fundante de toda desigualdade social, econômica, política e cultural da sociedade.

Assim, o MMC se afirma enquanto movimento de caráter nacional, que tem a intenção de articular as demandas das mulheres camponesas das diversas regiões a um discurso maior, qual seja, a contestação da lógica societária burguesa. Feitas estas considerações, propõe-se discutir na sequência a origem e especificidades do MMC, para depois tratar sobre o processo de construção de nova identidade pelas mulheres militantes deste Movimento.

2. O surgimento do Movimento de Mulheres Camponesas

O Movimento de Mulheres Agricultoras – MMA – surge no município de Chapecó, em Santa Catarina, aos 25 de julho de 1981, dadas as comemorações realizadas pela passagem do ‘dia do colono’[agricultor; camponês]. No entanto, oficialmente, alude-se a sua criação ao dia 28 de maio de 1983, quando 28 mulheres se reuniram, no distrito de Itaberaba, criando um ‘núcleo’ que viria a ser a primeira manifestação da organização das mulheres agricultoras. O Movimento de Mulheres Camponesas resulta a partir desse movimento e de sua unificação com outros movimentos autônomos de mulheres, provenientes também de outros estados, o que nos anos que se seguem vai conferir-lhes o caráter de um movimento nacional.

Esse movimento surge fortemente influenciado pela Igreja Católica e pela Teologia da Libertação⁴, que tem como princípio fundamental a ruptura de qualquer forma de opressão (política, econômica, racial) a partir da libertação da pessoa humana. Sendo à Igreja um dos poucos espaços públicos frequentados por mulheres, não é de se estranhar que tenha sido nesse espaço que as mulheres começaram a se organizar. Posteriormente, há um afastamento entre o movimento e a Igreja, tendo em vista que a última nunca rompeu com a cultura patriarcal.

A questão da criação desse movimento esta diretamente relacionada ao modo de vida das agricultoras, ligada aos problemas políticos e econômicos que estão presentes na produção e reprodução social dessas mulheres no meio rural. As mulheres camponesas foram, segundo Kroth, (1999, p.101 apud SALVARO e LAGO, 2008, p.3) “[...] motivadas pelo trabalho realizado na Igreja, as mulheres começaram sua organização específica discutindo sobre os problemas que elas estavam sofrendo (na comunidade, na agricultura, nos direitos)”.

Destarte, nota-se que a criação deste movimento não está desconexa das principais reivindicações de outros movimentos que surgem, de modo geral, nesse mesmo tempo histórico. Assim como o Movimento de Mulheres Camponesas, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), reúnem esforços no sentido de romper com as relações sociais estabelecidas na sociedade burguesa, ampliando seus espaços de exercício da cidadania, sendo que o MMC inclui um novo elemento de discussão: a questão de gênero.

Atualmente o MMC/BR está organizado em vinte e dois estados brasileiros e reorienta sua luta social para questões ligadas a justa distribuição da terra; criação de políticas públicas que permitam um desenvolvimento da agricultura camponesa, dando ênfase a agroecologia; e também pela consolidação de direitos anteriormente conquistados (LUSA, 2011). Seu discurso político se expressa na “luta pela emancipação das mulheres camponesas e a construção da agricultura camponesa e ecológica, combinadas com a luta pela transformação da sociedade” (MMC/SC, 2008, p. 37).

A convicção de tal discurso propagado por esse movimento leva em consideração a constituição sólida do grupo, tendo em vista que todos os direitos sociais

⁴ Esta perspectiva teológica nasce e se desenvolve enquanto expressão de problemas da realidade social latino-americana, no desejo de transcendê-la através da criação de uma sociedade mais justa e igualitária [...]. Como na realidade histórica latino-americana a maioria do povo encontra-se submetido a situações de opressão, miséria, a não-cidadania, a meta fundamental desta teologia vinha a ser a busca de mecanismo que possibilitem a libertação destas vaiadas formas de opressão. (SCHERER-WARREN, Ano2009, p. 32-33).

garantidos pelas mulheres só foram conquistados mediante a sua organização e mobilização social. “É o reconhecimento *coletivo* de um direito que leva à formação de uma identidade social e política”. (SCHERER-WARREN, 2009, p. 69, grifos do autor), discussão que será mais aprofundada no próximo item.

3. Movimento das Mulheres Camponesas: a conquista de espaços

A inserção das mulheres em espaços de lutas políticas e contestação social da ordem vigente não se fizeram sem um fundamento, admite-se aqui, que há uma vinculação dessa busca de novos espaços com um momento de constituição de uma nova identidade coletiva contestatória. Nesse sentido propõe-se uma discussão sobre identidade entendendo que esta se constitui a partir do cotidiano e da interação do indivíduo com o outro. Sendo assim, concebe-se o processo de construção da identidade da mulher camponesa dentro de uma perspectiva de associação coletiva de sujeitos que apesar de possuir sua subjetividade, se unem mediante um interesse comum.

A identidade social está vinculada ao conceito subjetivo que o indivíduo faz de si e de sua interação com fatores sociais, dando origem à formação de grupos que se organizam a fim de um mesmo ideal. Os espaços de socialização presentes na cotidianidade dos indivíduos são as principais referências para a formação de tais identidades coletivas.

Destarte, a identidade das mulheres camponesas está sendo formada, dentro desta interação tendo em vista que a identidade é mutável dependendo do tempo histórico que estes atores sociais estão inseridos, “Assim, em vez de falar da identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de identificação, e vê-la como um processo em andamento.” (HALL, 1999, p. 38- 39 apud OLIVEIRA, 2004, p.160). Este período histórico específico, de que se trata, demanda das mulheres camponesas uma postura de luta por seus direitos sociais mediante a participação política.

Assim, as mulheres camponesas adentram no cenário político dos movimentos sociais, em um momento de construção de sua identidade para que suas reivindicações fossem atendidas, fato que não ocorreria nos movimentos não sexistas. Sendo assim, essas mulheres conseguem conquistar seu espaço a partir da fundação de movimentos sociais para mulheres, nesse caso específico, o Movimento de Mulheres Camponesas.

Por conseguinte, nota-se que há uma politização da mulher dada à efervescência dos movimentos sociais e da sociedade civil em geral, na luta pela redemocratização do

país em meio ao enfraquecimento do regime ditatorial já na década de 1970. Nesse contexto as mulheres rurais passaram a questionar as tradições que estavam arraigadas em seu cotidiano numa tentativa de se inserir enquanto ator social buscando igualdade e trazendo à tona a realidade feminina.

É a partir desse processo de tomada de consciência que tem como pressuposto a modificação das relações de gênero instituídas em uma sociedade predominantemente machista e patriarcal que os movimentos de mulheres ganham força no espaço político, com destaque para o importante papel do Movimento das Mulheres Camponesas, que é nosso objeto de estudo.

Assim, no movimento as mulheres buscavam ampliar seus espaços de participação na sociedade civil e em espaços de decisões políticas, defendiam os princípios democráticos e lutavam por autonomia em suas reivindicações. Na política sindical defendiam a extensão dos direitos que outrora se limitavam aos homens rurais e aos trabalhadores urbanos: o acesso a terra, aposentadoria, salário maternidade, direito a formar associações e sindicatos. “As reivindicações estão centradas no reconhecimento social e legal de sua situação como mulheres e trabalhadoras: direito à sindicalização, a terra, à previdência social etc” (GRZYBOWSKI, 1991, p.47 apud LUSA, 2009, p.108).

Nesse cenário de lutas para a conquista de direitos na sociedade, as mulheres do MMC/BR começam a configurar a construção de uma identidade coletiva que tem a figura da mulher como principal ator social, construindo uma identidade que coloca em discussão a diferença existente entre homens e mulheres. Essa identidade é construída a partir do momento que esta mulher se insere na luta política, pois, ao se identificar em um grupo, o movimento passa a desenvolver uma consciência de classe, ou seja, de pertencimento social e político a um grupo que compartilha de interesses coletivos, congregados num discurso que o caracteriza como movimento social, feminista e de classe, o Movimento de Mulheres Camponesas.

Assim, pode-se assegurar de que se reconhece a existência de uma identidade construída pelo próprio MMC, onde figuram como elementos centrais a mobilização e a manifestação em torno de datas significativas para as mulheres e para o mundo rural; o reconhecimento e a valorização da profissão; as falas denunciadoras da realidade rural excludente; as lutas reivindicatórias de direitos sociais. A esses elementos agrega-se o fato de o MMC assumir-se como ‘movimento autônomo, democrático, popular e classista’ - já que é composto por trabalhadoras do campo - além de ser portador de uma mística revolucionária, que o sustenta nas lutas travadas no cotidiano de cada integrante e também naquelas assumidas coletivamente, através das manifestações organizadas pelo Movimento. (LUSA, 2011, p.197 e 198)

A organização dessas mulheres em um movimento estimula seu olhar e consciência crítica para as desigualdades de gênero, passando assim a discussão sobre a

invisibilidade do seu trabalho no campo. Destarte, elas começam a ter consciência de que seu trabalho é de extrema importância para a economia da sua família e não é apenas uma ajuda como sempre fora colocado.

Ao mencionar o trabalho da mulher camponesa se faz necessário explicar como ocorre esta divisão sexual do trabalho no campo. No meio rural a mulher possui uma dupla jornada de trabalho na qual está dividida entre a reprodução e as atividades do âmbito doméstico, cuidar da casa e dos filhos, e as atividades agrícolas, como, cuidar da roça, criação de animais de pequeno porte, plantação e colheita de horta. Suas atribuições não são consideradas trabalho por serem tidas como mais leves.

Os trabalhos agrícolas por exigirem força física são executados pelo homem, nota-se a atribuição da terra como sendo prioritariamente masculinas. Quando o trabalho da mulher se estende ao campo, este passa a ser considerado ajuda mesmo estas mulheres executando as mesmas atividades realizadas pelo homem seu trabalho vai ser uma ampliação de suas atividades domésticas.

Essa denominação de ajudante leva ao pressuposto de que a mulher, ao contrário do homem, tem que trabalhar também na casa, cuidando dos filhos e de todas as atividades domésticas e por isso não pode se dedicar exclusivamente e de forma integral as atividades agrícolas. Mas a realidade é bem diferente destas suposição de que o trabalho da mulher é apenas 'ajuda', já que as mulheres camponesas se dedicam aos trabalhos agrícolas durante toda a semana, todo o mês, todo o ano, saindo pela manhã logo cedo de casa e voltando ao pôr do sol, [...] (LUSA E SILVA, 2011)

A partir do momento em que a mulher consegue ter sua atividade reconhecida como trabalho, ela reafirma sua condição de trabalhadora rural, detentora de uma identidade profissional, qual seja de agricultora, iniciando o processo de desvinculação exclusiva de sua imagem apenas à figura de 'senhora do lar'. Assim, constrói-se a identidade da mulher camponesa sob outra perspectiva, consolidando sua identidade de gênero e classe, ou seja, de mulher trabalhadora camponesa.

A mulher deixa de se limitar ao âmbito doméstico e passa integrar as lutas sociais, a partir do momento em que ela se organiza e passa a ter consciência de si e de sua própria vida, tendo como consequência um processo de mudança do seu próprio comportamento redefinindo seu papel dentro da sociedade e provocando uma mudança nas relações sociais vigentes.

Nesse sentido, dado a ampliação do espaço da mulher no meio social, há uma transformação nas relações sociais, visto que este novo posicionamento da mulher vai implicar em uma nova constituição do masculino, que passa a modificar sua atitude em relação a ela. Se antes o papel da mulher era servir ao homem ou a comunidade sendo responsabilizada por questões referentes ao âmbito familiar, agora essa mulher

organizada no MMC passa a questionar sua posição de 'inferioridade' e a denunciar essa condição de desigualdade social lutando por igualdade, reivindicando sua inserção em espaços de decisões e de exercício do poder. No que diz Sales (2007, p. 439), “[...] as mulheres reconhecem que não basta serem produtoras, trabalhadoras; é preciso que sejam reconhecidas como tal [...]”.

Ressalta-se que esta tomada de consciência acarretou em insegurança nas tradicionais relações sociais, colocando em questão tais relações na sociedade capitalista patriarcal. A principal denúncia indicava que estas mulheres iriam romper com tudo que já estava estabelecido, - sabe-se o quão é difícil romper com os paradigmas já existentes – a fim de que conquistassem a emancipação. Neste contexto, fez-se necessário um debate dentro do Movimento para que essas mulheres percebessem a importância dessa transformação e da conquista do reconhecimento da verdadeira identidade. Assim, aos poucos as camponesas vão tomando consciência crítica de que esta nova identidade tem caráter transformador, na conquista de novos direitos político-sociais e pela efetivação de direitos já conquistados, sendo mais um incentivo na sua luta cotidiana por mudanças, tendo em vista a transformação societária.

Tal transformação deve ser tomada como um processo social gradual, que pode ser potencializado através de ações emancipatórias, as quais somente são possíveis a partir da construção de uma consciência crítica, politizada e histórica, que considere todos os elementos da cotidianidade, reconhecendo neles o meio e os instrumentos de mudança. (LUSA, p. 156, 2011)

Partindo do pressuposto de que a identidade é historicamente construída, observa-se que ela é anterior ao próprio indivíduo. Nesse sentido, as mulheres camponesas tiveram uma dupla tarefa: a de se libertar do jugo de uma sociedade predominantemente patriarcal e machista, carregada de conceitos já estabelecidos que colocam o ser social – mulher - em uma posição de subalternidade, e a de construir uma nova identidade na perspectiva de libertação. Sendo assim, remete-se a fala de uma camponesa do MMC, que afirma que “o processo de construção da identidade acontece a partir do momento em que você vai tomando consciência de você mesmo e da realidade em que você vive e atua [...]” (LUSA, 2011, p. 33).

Portanto, o processo de criação de identidade e lutas sociais foi primordial para que houvesse todas as conquistas dos direitos aqui já mencionados, pois as mulheres tiveram consciência crítica de sua subalternidade e a partir desse momento vem lutando para que esta realidade seja mudada.

Conclusão

As mulheres são parte constituinte da humanidade e, portanto, também são construtoras de sua história. Entretanto, por séculos estiveram ausentes desta história, ou quando muito, estavam presentes como ‘peças de enfeite’ do cenário societário.

Não obstante, nestas considerações reconhece-se a importância e o protagonismo de muitas mulheres para a formação social, política, econômica e cultural da sociedade, sem que lhes fosse conferido tal reconhecimento. Foi a partir do surgimento dos movimentos feministas que a discussão sobre o papel da mulher na sociedade começa a ser realizada, tendo como protagonistas as próprias mulheres.

É neste cenário que se percebe o início da transformação da identidade atribuída pela sociedade capitalista burguesa para as mulheres. É nele que elas começam a construir, por elas mesmas, uma identidade que envolve, além da identidade de gênero, também a identidade de classe, de etnia etc., partindo da conquista de espaços públicos que antes a elas eram negados.

Em decorrência de sua organização, da mobilização e das estratégias de luta social adotadas pelo movimento, as mulheres militantes do ‘MMC do BR’ alcançam muitos dos objetivos a que se propunham. Direitos sociais, como o reconhecimento da profissão de agricultora, o direito à aposentadoria, à licença maternidade e aos demais benefícios previdenciários incorporados à legislação brasileira, repercutindo no conjunto de políticas e serviços sociais.

Além das conquistas legais, as mulheres camponesas do MMC do BR - juntamente com mulheres e homens militantes de outros movimentos sociais e organizações populares e da classe trabalhadora - conquistam ‘uma nova identidade social e política para as mulheres’. Inicia-se um processo lento, gradual e permanente de construção de uma identidade contrária ao binômio ‘dominação-subalternidade’, fundamentada na liberdade do indivíduo e no reconhecimento de sua autonomia como parte do processo para atingir a emancipação política das mulheres, mas também dos homens.

Assim, como resultado da pesquisa sobre ‘relações de gênero e lutas sociais: em busca de espaços’, aponta-se que o processo de reconhecimento da identidade das mulheres trabalhadoras do campo e a possibilidade de sua inserção em espaços antes tidos como antinaturais foi - e continua sendo - uma das principais conquistas das lutas do MMC do BR. Ele traz reflexos tanto no atual modo de vida e de trabalho cotidiano das mulheres e de suas famílias, como provoca mudanças para as gerações futuras, visto

que mina a organização da sociedade, contribuindo para a erosão da desigual estrutural societária, fundada nos princípios capitalistas, burgueses e patriarcais.

Referências:

ARAÚJO, Cédina Maria de. **A invisibilidade do trabalho das mulheres na produção em assentamentos rurais de Baraúna/RN** in: Mulheres e desigualdades de gênero. Org. Marília Pinto de Carvalho e Regina Pahim Pinto. São Paulo: Contexto, 2008.

CINELLI, Catiane e CONTE, Isaura Isabel. **Mulheres camponesas construindo sua identidade feminista**. Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. Fazendo Gênero 9, agosto, 2010.

DEERE, Carmen Diana. **Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira**. Estudos feministas. Florianópolis, 12(1): 360, janeiro-abril, 2004.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 5 ed. São Paulo: Loyola, 2006.

LISBOA, Teresa Kleba, LUSA, Mailiz Garibotti, SEBASTIÃO, Angélica Carlos (orgs). **O protagonismo das mulheres trabalhadoras rurais para o desenvolvimento sustentável** – Brasil, México e Cuba. 1 ed. Florianópolis: PostMix, 2011.

LUSA, Mailiz Garibotti. **Do chão do cotidiano, o protagonismo do Movimento de Mulheres Camponesas em Terras Catarinas** – Uma trajetória de lutas, construindo identidade e conquistando autonomia. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Programa de Estudos Pós Graduated em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

LUSA, Mailiz Garibotti e SILVA, Manuelle Nascimento da. **Mulheres e Homens no semiárido brasileiro**: Uma análise das relações de gênero no romance o quinze e o reconhecimento das demandas por políticas públicas de gênero. Publicação: III Fórum Brasileiro do Semiárido. Universidade Estadual do Vale do Acaraú, Sobral, 2011.

MOCELIN, Daniel Gustavo e GEHLEN, Ivaldo. **Movimentos sociais e movimentos sociais rurais** in: Organização social e movimentos sociais rurais / organizado por Ivaldo Gehlen e Daniel Gustavo Mocelin ; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS DE SANTA CATARINA. **Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina**. Uma história de organização, lutas e conquistas. Chapecó: MMC/SC, 2008.

PAULILO, M. I. **Movimento de Mulheres Agricultoras: Terra e Matrimônio**. Cadernos de pesquisa. Florianópolis, abril, 2000. Nº 21.

OLIVEIRA, Adriano Messias de. **Identidades em movimento: pensando a cultura nacional por meio do cinema.** Katálysis. v.7 n.2, 158-169, 2004.

SALES, Celecina de Maria Veras. **Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos.** Estudos femininos. Florianópolis, 15(2): 240, maio-agosto, 2007.

SARTI, Cynthia Andersen. **O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória.** Estudos Feministas, Florianópolis, 12(2): 264, maio-agosto/2004

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais.** 4 ed. São Paulo: Loyola, 2009.